



GT 026. Ciganos: exercício de comparação etnográfica

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB) -
Coordenador/a, Mirian Alves de Souza (UEE) -
Coordenador/a, Felipe Berocan Veiga (UFF e
LeMetro/IFCS-UFRJ) - Debatedor/a

A reflexão sobre o universo temático da identidade reivindicada face o acesso às políticas públicas tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de GTs, tanto nas Reuniões de Antropólogos do Norte-Nordeste como nas Reuniões Brasileiras de Antropologia. Deste modo, objetivamos dar continuidade aos debates, e ao mesmo tempo discutir a produção etnográfica sobre grupos ciganos. Analisando os processos de construções identitárias; propondo uma reflexão sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cenários políticos; e problematizando como os projetos políticos das organizações ciganas são moldados pelas imaginárias étnicas e nacionalistas que circulam nas diferentes comunidades, o grupo pretende criar um campo de interlocução, especialmente no Brasil, contribuindo para o início de uma pesquisa comparativa ainda inexistente. Também indagamos sobre o papel da produção antropológica na mediação entre esses grupos e as esferas públicas. Embora os registros etnográficos venham ganhando terreno nos últimos anos, aos pesquisadores se impõe muitas vezes a questão de como mediar as relações entre os sujeitos estudados e o Estado. Este GT busca discutir os dilemas dessas posições para que se desenvolvam análises propriamente Calon/Rom da cultura.

A Antropologia e os Estudos sobre e com os Ciganos no Brasil

Autoria: Erisvelton Sávio Silva de Melo

O texto visa discutir produção de conhecimento situando o campo de estudo sobre os ciganos na Antropologia com foco no Brasil. Para tanto, é utilizada a pesquisa de gabinete tendo como material os anais dos encontros da Reunião Brasileira de Antropologia de 2004 a 2015, as teses e dissertações apresentadas em universidades com foco antropológico, livros e artigos encontrados no portal da CAPES, especificamente no SciELO com as palavras associadas as designações atribuídas aos ciganos. A partir dos dados, transcorre uma análise dessa produção problematizando questões em análise antropológica. As problemáticas bibliográficas sobre os ciganos fomentam novas perguntas para os novos contextos, nos quais a ciência e os ciganos estão inseridos, para possíveis respostas ou para novos paradigmas contemporâneos que irão proporcionar works futuros. Assim, ao pensar a meta-etnografia como um método qualitativo aplicado a condição humana dos ciganos, há a compreensão de contextos mutáveis nos quais as pessoas podem ter experiências e ações interpretativas diversas. É o direito a diferença e a cidadania de um grupo minoritário em detrimento do etnocentrismo de uma sociedade ocidental considerada majoritária que parece surgir com a análise dos dados. Nesse sentido, a identidade cigana se apresenta como campo de negociação aberta aos diálogos e interstícios impostos pelos imponderáveis da vida, cultura e sobrevivência dos grupos etnografados com as perspectivas de concepções sociais sobre os ciganos em sociedades plurais.

[Trabalho completo](#)

A incorporação da retórica da cidadania ao universo das demandas étnicas: um exercício etnográfico entre os Calon de Sousa (PB)

Autoria: Jéssica Cunha de Medeiros, Mércia Rejane Rangel Batista

Partindo das discussões sobre os desafios e as mudanças que foram se instaurando tanto no plano global como mais restritamente, no âmbito do Brasil, com relação ao papel do Estado como instância fundamental para o reconhecimento e atendimento de demandas específicas aos grupos minoritários, pretendemos refletir



sobre essa problemática trazendo uma situação de campo: os ciganos calon na Paraíba, especialmente, o Rancho dos Ciganos, localizado no município de Sousa enquanto uma situação que pode nos permitir discutir os obstáculos sobre o reconhecimento no cenário nacional. O Nordeste, especialmente a região do sertão, vem se mostrando enquanto um lugar de rota para as famílias ciganas Calon, o que implicou na construção de relações com autoridades políticas locais, gestando uma aliança que persiste até hoje. A questão gira em torno de se compreender como esse cenário reflete a relação dos ciganos com o poder público e como isso tem gerado questões nas formas de entendimento, elaboração e atuação de políticas integrativas sociais que não anulem a possibilidade do ?Outro? exercer seu direito à participação política, controle de recursos e autodeterminação, ou seja, a luta por reconhecimento se torna a forma paradigmática de conflito neste contexto. Problematizar e pôr em análise essa relação traz à tona a dimensão conflitiva dos processos que são incorporados por esses ciganos quando se ajustam a retórica da cidadania na apropriação da afirmação da identidade étnica. Logo ao considerar como questão de pesquisa os processos de mediação política entre as populações ciganas no contexto brasileiro, somos confrontados com uma tensão conceitual e política envolvendo, por um lado, uma busca de universalidade dos direitos de cidadania e, por outro lado, o respeito às diferenças étnicas e culturais, que se apresentam muitas vezes sob a bandeira da ?preservação? dos costumes, o que gera uma desconexão entre os enunciados políticos e a dinâmica existência dessas populações. De tal modo, que ao se destacar a dimensão cultural, se produz a sensação de que esses grupos existem fora do tempo histórico e só podem continuar existindo aos nossos olhos se permanecerem iguais à aquilo que atribuímos enquanto marca identitária. Exigência que não fazemos com relação a nós mesmos, pois incorporamos as mudanças sem que com isso percamos nosso direito a identidades específicas. Portanto, há um desafio em problematizar os efeitos e as mudanças, quando se processam as incorporações desses ciganos na arena dos direitos, envolvendo, inclusive, a plenitude da condição cidadã.

[Trabalho completo](#)

Até que ponto e como os ciganos aparecem para o Estado

Autoria: Mercia Rejane Rangel Batista, José Gabriel Silveira Corrêa (UFCG)

Este work tem como chave exploratória, pensar como um ator significativo do Estado brasileiro ? o Ministério Público (Federal e Estadual) ? tem realizado suas ações visando atender/responder/propor pautas para os grupos ciganos localizados na região nordeste do Brasil. A abordagem se dá a partir de pesquisa qualitativa exploratória, mapeando as publicações das atividades divulgadas pelas páginas oficiais dos órgãos, tentando compreender rotinas, procedimentos e, uma possível lógica de ação estatal. Em conjunto, realizou-se também mapeamento de questões colocadas por ciganos, bem como outros atores (intelectuais ativistas, membros de organizações não-governamentais, interessados), pensadas como instrumentos de defesa e divulgação dos direitos ciganos (com ênfase nas chamadas Cartilhas). Partindo do marco da promulgação da Constituição Federal do Brasil (1988), pretende-se identificar reflexos das políticas públicas promovidas, especialmente a partir do início do século XXI, com a criação de uma rede de atores de destaque que geram uma agenda específica, que muitas vezes é representada por uma repetição de pautas e ações propostas, possivelmente indicando entraves em se tornar efetiva a atuação dos agentes públicos.

[Trabalho completo](#)

Ciganidade Transreligiosa: um panorama sobre as crenças presentes entre os ciganos Calon no Brasil

Autoria: Mario Igor Shimura

O presente artigo apresenta um panorama sobre as configurações religiosas dos ciganos Calon no Brasil,



demonstrando a religião como um elemento constituinte das relações interculturais no complexo convívio entre ciganos e não ciganos no país. Em sua grande maioria os Calon brasileiros são cristãos, professos do Catolicismo Apostólico Romano, mas que por vezes adotam simultaneamente diferentes crenças ou elementos avulsos de outras religiões, que não raras vezes são adaptadas às suas perspectivas étnicas locais. No espectro do fenômeno da ciganidade brasileira o "ser cigano" dialoga com diferentes crenças e religiões, demonstrando a versatilidade identitária como estratégia performática de interação com o universo da sociedade ampla. Com uma história marcada por perseguições os primeiros Calon a chegarem ao Brasil desenvolveram formas particulares de proteção, incluindo a adesão à diferentes segmentos religiosos, em especial as versões populares de catolicismo romano. Essas filiações geraram vínculos com não ciganos estratégicos (padres, agentes do poder público, políticos religiosos etc), além de uma acomodação/atualização do exercício religioso inerente à comunidade. Mais recentemente, principalmente por conta dos efeitos comunicacionais da globalização, o acesso à inúmeras possibilidades de contato intercultural têm contribuído para a conversão de ciganos brasileiros a religiões antes estranhas ao seu universo étnico, tais como o islamismo (sunita), neopentecostalismo e a outros grupos menores, como Testemunhas de Jeová e Árvore da Vida. Diante disso o presente artigo faz uma análise da pluralidade religiosa Calon, considerando sua natureza transreligiosa no contexto brasileiro.

Cigano/a evangélico/a pentecostal: dualidade de pertencimento?

Autoria: Rosa Maria de Aquino

Respalhada em uma pesquisa em curso, de cunho antropológico, esta comunicação busca refletir sobre as convergências e divergências que porventura possam ser encontradas no modo de "ser cigano evangélico pentecostal" ao ser confrontado com o modo de "ser cigano". Se de um lado a adesão ao pentecostalismo requer dos seus adeptos comportamentos que possam impor limites à sua liberdade, do outro lado, o cultivo das tradições é uma realidade que identifica os povos ciganos e lhes atíça o pertencimento. Aderir, pois, ao pentecostalismo implica em algumas mudanças de vida que são exercidas de modo a serem percebidas pelas outras pessoas, uma vez que o apelo do "novo homem", da "nova criatura" ou de "estar no mundo, mas não ser do mundo" e "fazer a diferença, porque não são os mesmos de antes" está sempre em evidência. Alguns interlocutores confirmam essa cosmovisão com conseqüente repercussão no seu ethos: não ouvem outro tipo de música que não seja a de caráter evangélico; em festas de casamento de não cristãos, ficam à parte, não dançam, não ingerem bebida alcoólica; ciganas evangélicas abandonam a quiromancia. Esses são apenas alguns aspectos que tornam visível a nova condição. Saliento que o Censo (IBGE, 2010) registra o crescimento evangélico, sobretudo o seguimento pentecostal: dos 22,2 % da população evangélica no Brasil, 60,0% são evangélicos pentecostais/neopentecostais. A população cigana não está, pois, isenta de ser alcançada por esse crescimento, pois em diferentes locais onde se fixa (a sedentária) ou por onde passa (a nômade), nos contatos e convivências com diferentes atores sociais imbuídos de distintas culturas, dissemina e, em paralelo, absorve diferentes traços culturais. Shimura (2007, p. 25) assegura, com relação aos povos ciganos, que "cada grupo em particular possui expressões singulares para manifestar sua ciganidade: elementos assimilados e apreendidos em contextos específicos (regionalismos, linguagens, dinâmicas de sobrevivência, moradia etc). Nesse espectro pode-se incluir também a religião, no caso, a evangélica pentecostal. Embora a identidade cultural, na modernidade, não seja completamente fixa nem rígida, como se dá, então, o encontro da identidade cigana pentecostal com a identidade cigana? Entram em conflito? São ressignificadas? Fundem-se? Preservam suas diferenças?

[Trabalho completo](#)

**Domari Society of Gypsies: Desafios e embates de uma líder cigana em Jerusalém.****Autoria:** Caroline Leal Dantas do Nascimento

Este work pretende refletir sobre os desafios enfrentados pela liderança cigana Amoun Sleem, no centro cultural Domari Gypsies Center, em Jerusalém, Israel. O centro cultural, fundado em 1999, está situado em Shu'afat, um bairro palestino em Jerusalém ? Israel. O intuito foi perceber os embates interseccionais ali enfrentados, pela etnia, nacionalidade, religiosidade e gênero, assim como, mapear as dinâmicas locais do centro, as atividades desempenhadas voltadas para a alfabetização e reforço escolar das crianças e a profissionalização das mulheres ciganas. Uma vez que, diante de um sistema patrilinear, Amoun encontra estratégias de dialogar com a tradição e ao mesmo tempo romper com paradigmas, enfrentados dentro e fora da comunidade cigana, assumindo a representação da etnia para dialogar com os gadjes (não ciganos) e com os ciganos. Este work resulta de uma experiência de campo curta, de dois meses, realizada com visitas regulares, entrevistas semi-estruturadas e observação participante das atividades desenvolvidas no centro junto às mulheres e as crianças. Portanto, longe de pretender esgotar os embates do campo aqui, proponho delinear e analisar os desafios postos pela liderança cigana nesse cenário.

Lugares de memória dos ciganos no Rio de Janeiro: do passado colonial ao presente etnográfico**Autoria:** Felipe Berocan Veiga

Na antiga capital colonial, ciganos Calon acompanharam a vinda de D. João VI e se fixaram no Campo dos Ciganos (atual Praça Tiradentes), na Rua dos Ciganos (Rua da Constituição) e no Campo de Santana. Em proximidade direta com o poder, ocuparam posições no sistema judicial, no comércio e nas grandes festas da corte. Dois séculos depois, com diferentes estratégias, ativistas passaram a reivindicar a pertinência e a memória dos ciganos em diferentes lugares da cidade, emergindo na cena pública carioca como novos sujeitos políticos.

Os Ciganos Calons na Região Nordeste: Um estudo sobre as demandas por acesso aos direitos**Autoria:** Marciana Ferreira Bento, Mércia Rejane Batista Marciana Ferreira Bento

O artigo tem o objetivo de apresentar o resultado da pesquisa realizada cujo objetivo foi o de mapear e refletir sobre os processos que demonstrassem as demandas por parte dos grupos ciganos que percorrem a região Nordeste do Brasil. Esse processo implicou como os ciganos estão se pensando como portadores de direito e de que modo, as mudanças nos arranjos do Estado repercutem nas ações desenvolvidas por estas comunidades. O nosso marco temporal inicia-se com a década de 1990, considerando especialmente os processos que se instauraram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Para tanto localizamos as demandas que se configuram não só no âmbito dos órgãos públicos (nos três níveis: municipal, estadual e federal), como também o que está se fazendo visível nos meios de comunicação. Destaca-se como resultado a pouca presença de demandas dos ciganos juntos aos órgãos públicos que se propõem a representá-los e defendê-los, como também a repetição dos problemas que são levados ao conhecimento dos referidos órgãos ? discriminação, preconceito, desemprego, acesso precário aos serviços de saúde ? e que parecem ainda se eternizar.

[Trabalho completo](#)**Os ciganos evangélicos de cruz das almas: etnografia sobre ciganos calons no recôncavo.****Autoria:** Maráisa Lisboa de Souza



Resumo: O presente artigo refere-se a um grupo de ciganos calon do recôncavo baiano, onde outrora os mesmos pertenciam a religião católica e de matrizes africana, hoje encontram-se convertidos ao protestantismo. No entanto, iremos ver como essa conversão influenciou na manutenção e atualização da identidade étnica do presente grupo. Assim como, iremos compreender o que os "outros" pensam dessa conversão e o que realmente mudou na vida desses ciganos após "aceitar a Jesus".

Povos ciganos no Brasil e Portugal: analisando ações e contextos

Autoria: Jamilly Rodrigues da Cunha, Olga Magano

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação das pessoas Ciganas com o Estado brasileiro para assim compará-lo à situação vivenciada pelas pessoas Ciganas que residem em Portugal. Estamos utilizando a categoria "Cigano" para designar os indivíduos, homens e mulheres, que se autoidentificam desta forma e são reconhecidos por suas comunidades e pela sociedade em geral enquanto tais. Compreendemos ainda o amplo debate que existe com relação ao uso do termo e, além do risco de implicar em uma generalização de grupos que internamente são bastante diversos, se pensarmos suas características culturais e os modos como se organizam social e espacialmente, quando acionamos o cenário brasileiro e português, é como, de um modo geral, se identificam. A justificativa para fazer uma análise comparativa sobre Ciganos se dá justamente pelo passado histórico de relação entre Portugal e Brasil. Além disso, conforme se sabe, desde a década de 1950 identificamos um cenário de mobilização política entre os ciganos residentes nos vários países da Europa, um movimento bastante articulado, e que é pensado por lideranças do Brasil como fonte de inspiração. Desta forma, apresentamos um mapeamento das políticas públicas realizadas no Brasil, sobretudo, os desdobramentos do recente processo de construção do Projeto de Lei 248/2015 de autoria do senador Paulo Paim que cria o Estatuto do Cigano, para assim avaliar as políticas realizadas nos dois países. Afinal, as políticas públicas têm trazido resultados? Como podemos classificá-las? Como se dá a relação entre ciganos e Estado nos dois países? Essas são questões que pretendemos problematizar ao longo do work que foi construído em parceria por pesquisadoras do Brasil e Portugal.

Sus e Populações Ciganas: Avanços e desafios na construção de uma política para equidade

Autoria: Luana Antonino de Medeiros,

Este work versa sobre a relação do sistema único de saúde com as populações ciganas. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental objetivamos analisar como a política de saúde vem se estruturando para atender as necessidades das populações ciganas dentro de suas especificidades. O artigo começa apresentando algumas iniciativas institucionais no campo da saúde que contribuem com o processo de inserção desses sujeitos no sistema público de saúde, e conseqüentemente com o reconhecimento da cidadania desses sujeitos. Em seguida, analisamos os principais determinantes sociais em saúde que afetam o acesso e consumo de serviços de saúde por populações ciganas.

[Trabalho completo](#)

INTERAÇÕES NOS ESPAÇOS COMERCIAIS: um estudo sobre sociabilidade no bairro Anchieta em Belo Horizonte

Autoria: Livia Matos Lara de Assis

Este work é inspirado em uma monografia de Ciências Sociais defendida no segundo semestre de 2017 na PUC-MG. Seu conceito central é o de Terceiro Lugar, desenvolvido por Ray Oldenburg. O objetivo é analisar, por meio de um estudo sobre sociabilidade em um bairro belo-horizontino, os desdobramentos e as relações desse conceito com outros semelhantes, como de sociabilidade pura de Simmel; a ideia de vida pública



informal, de Jane Jacobs e a concepção de Goffman acerca da ordem social presente nas interações. Terceiro lugar designa uma variedade de espaços públicos que recebem encontros regulares, voluntários e informais, de indivíduos para além dos domínios da casa e do work. Nesse sentido, foram analisados, como terceiros lugares, espaços comerciais presentes no bairro Anchieta, na capital mineira, como forma de averiguar como ocorrem tais interações. De acordo com o desenvolvimento da pesquisa foi possível notar que a maioria dos estabelecimentos observados cujo caráter de sociabilidade pura estava presente e que influenciam um contato mais íntimo entre seus frequentadores, já está no bairro há décadas. Entretanto, um outro achado de grande relevância foi o fato de alguns dos estabelecimentos mais recentes do bairro também apresentarem tais tipos de interação, uma vez que se supôs que as interações mais íntimas seriam exclusivas do comércio mais antigo.

[Trabalho completo](#)

La Migración y los hermanos: o processo de migração de argentinos para a cidade de Armação dos Búzios (RJ)

Autoria: Alexandre de Oliveira Silva, Silva, Alexandre.

A migração de argentinos em direção ao Brasil é um fenômeno conhecido mas, em relação às especificidades deste processo na cidade de Armação dos Búzios (RJ), poucas obras versam sobre o assunto. Este work apresenta as considerações iniciais a respeito do processo migratório e de estabelecimento de argentinos na cidade de Búzios e cria caminhos pelos quais pretendo direcionar a pesquisa. Nesta composição, aponto discussões acerca do conceito de identidade e me debruço sobre as primeiras concepções a respeito do campo, assim como busco compreender as peculiaridades deste processo migratório.

[Trabalho completo](#)

Memória, Patrimônio e Turismo: o caso do Cais do Valongo no recente processo de planejamento urbano do centro da cidade do Rio de Janeiro

Autoria: Maria Amália Silva Alves de Oliveira

O processo de inscrição do Cais do Valongo (RJ), principal ponto de desembarque de africanos escravizados no Brasil, na lista do patrimônio mundial da humanidade revela um conjunto de questões que tem favorecido a reflexão de temas como políticas de planejamento urbano, regimes de patrimonialização em espaços urbanos, diáspora africana, construção de subjetividades, memórias traumáticas, entre outras. Em todas as discussões dessa natureza, quando atreladas ao caso do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, o turismo irrompe, ora como discurso de compartilhamento de uma memória que objetiva processar um traumatismo, ora como elemento memorial que rememora eventos trágicos e conflitivos ou ainda em discursos de mercantilização de memórias. Assim sendo, a proposta do presente work incide em uma reflexão sobre a reconfiguração da identidade da cidade do Rio de Janeiro considerando o processo de patrimonialização do Cais do Valongo e sua inclusão no projeto Rota dos Escravos, programa desenvolvido pela UNESCO e apoiado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), através do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana?.

Monumentos e narrativas memoriais: um estudo comparativo entre duas cidades planejadas erguidas no século XX

Autoria: Jordanna Fonseca Silva

Goiânia e Belo Horizonte compartilham alguns fatos em comum: foram cidades planejadas como novas capitais dos estados de Goiás e Minas Gerais, respectivamente; possuem uma narrativa de modernidade que



são transcritas em seus edifícios, prédios, monumentos, toponímia, conjuntos arquitetônicos. Atualmente, os centros dessas capitais passam por processos de revitalização, requalificação e tombamento de alguns de seus elementos, criando uma atmosfera histórica para o turismo e outras apropriações do capitalismo contemporâneo. As propostas de Circuito Cultural com a criação de museus nos antigos edifícios públicos são encontradas nas duas cidades, com funcionamento já estruturado na capital mineira (Praça da Liberdade), e com o projeto em vistas de execução na capital goiana (Praça Cívica). Ambas as praças possuem centralidade e localizam os respectivos palácios do governo estadual. Isso aumenta as possibilidades para o consumo cultural. De outro lado, esses espaços são cada vez mais segregados, de modo a impedir o acesso de pessoas em situação de rua, cada vez mais crescentes nesses centros. A luta por representações, as disputas simbólicas, ideológicas, envolvem a construção dos espaços (de memória), produzindo uma guerra de lugares entre os grupos de interesse diferentemente posicionados na estrutura social e em suas relações frente ao poder público. A coexistência de diferentes gerações, tradições, com vistas à preservação ou transformação e reestruturação social compõe este cenário de disputas materiais e simbólicas. É a modernidade que inaugura a necessidade de criação desses lugares de memória? (NORA, 1993), tais como os monumentos, os museus, a fim de delimitar uma história e, principalmente, um sentido de futuro, de destino, de devir (CHOAY, 2008). Nesse sentido, a preservação patrimonial acontece num jogo político, de interesses, não neutro. Isso é evidente nas políticas para o patrimônio a nível nacional. De modo semelhante, na construção dos regionalismos e distinções locais, fundamentais num país territorialmente continental como o Brasil, a construção das identidades locais acontece nas regiões e estados. No que concerne a Goiás, pretendemos investigar de que forma o Monumento ao Bandeirante contribui nesse processo de formação de uma identidade goiana. A partir da leitura do Monumento ao Bandeirante e do acervo documental existente sobre ele, cabe investigar se o destino goiano cruzaria o paulista, como um espelho de modernidade, uma vez que sua origem coincide com as bandeiras dos primeiros povoados. No caso de Minas Gerais, tomaremos o Obelisco localizado na Praça Sete para investigar os processos de construção de uma identidade mineira, republicana, afeita aos discursos da independência, emancipação e modernidade.

[Trabalho completo](#)

O PATRIMÔNIO SERVE À CIDADE COMO NEGÓCIO? O caso do Museu Cais do Sertão, em Recife, Pernambuco.

Autoria: Francisco Sá Barreto, Izabella Medeiros

Este work é parte de projeto de pesquisa que desenvolvemos desde o final de 2014, a partir do qual procuramos entender a simbiose entre os discursos de modernidade e tradição em três recortes temporais específicos na cidade de Recife, Pernambuco. O terceiro recorte trata dos embates entre o Projeto Novo Recife e as iniciativas de resistência a ele, mas não somente a ele. Foi possível observar, ao logo dos estudos que já realizamos, o funcionamento das estratégias para tradução da resistência pontual ao Novo Recife a um debate sobre a cidade e suas políticas de gestão como um todo. É o que procuramos observar quando nos dedicamos a compreender a atuação do Movimento Ocupe Estelita ou do Grupo de Direitos Urbanos nesse cenário. No outro lado da querela, por sua vez, encontra-se um conjunto de políticas de intervenção sobre as regiões do centro antigo da cidade do Recife (Bairros do Recife, São José e Santo Antônio), as quais funcionam como paradigma para um tipo de operação sobre a cidade que já vigora desde o próprio projeto urbano de modernização do Recife, ainda no final do século XIX e início do XX. Procuramos observar o funcionamento desse conjunto de intervenções para além do interesse em tornar novamente disponíveis para a habitação zonas inteiras há muito abandonadas na cidade. O que, contudo, os textos do PNR (Projeto Novo Recife) chamam de zonas abandonadas? O que significam, nesse contexto, tornar novamente



disponíveis?? Mais do que investir na construção de grandes edifícios, que estimulam firmemente a especulação imobiliária na região, alimentando as demandas das grandes construtoras locais, o conjunto dessas intervenções identificou, desde o princípio, na ?reforma da cultura? o mais destacado empreendimento no tempo da revitalização urbana do Recife. Desde os anos 1990, a construção de um ?novo? habitus cultural para a região procura estimular a zona como objeto do interesse do mercado do turismo global, bem como uma alternativa economicamente promissora de entretenimento da cidade. Na primeira década do século XXI, esse conjunto de intervenções ganha o reforço de grandes edificações dedicadas ao consumo cultural, especialmente dois equipamentos que celebram parcerias entre a gestão do Estado e a iniciativa privada: no Paço do Frevo e o Museu Cais do Sertão. Totalizando mais de R\$ 50 milhões em investimentos públicos, os dois equipamentos representam, antes de um interesse da gestão em estimular a divulgação e preservação do patrimônio local, um promissor negócio da cultura em sintonia com tendência verificada em todo o globo. A essa altura, serve ao negócio da cultura as contemporâneas políticas de preservação do patrimônio cultural nas cidades contemporâneas? Essa é a questão que, neste work, pretendemos desenvolver.

Projeto do novo Edifício São Pedro - Uma nova dimensão de preservação na Cidade da Fortaleza?

Autoria: Marcelo Mota Capasso

Esta contribuição faz parte de pesquisa em desenvolvimento no âmbito da Geografia Urbana e Patrimônio Cultural, com ênfase nos aspectos que orientam as decisões em planejamento urbano e suas implicações na preservação dos monumentos históricos e suas paisagens envoltórias. Alguns casos na cidade de Fortaleza-CE, chamam a atenção pelo discurso patrimonializante associado aos interesses do mercado imobiliário. Apesar da inclusão de novos bens imóveis e criação de um zoneamento urbano especial de patrimônio cultural edificado para a cidade, no fim dos anos 2000, a política municipal de preservação entrou em estancamento, aparentemente injustificado, encontrando o discurso patrimonial pouco lugar na mídia formal. O avanço da inserção da cidade no capital financeiro imobiliário internacional, alavancado pela indústria do turismo, influenciou na recente alteração da legislação urbanística, aumentando-se o direito de construir em mais de 20% do município. É emblemático o caso do Edifício São Pedro, de arquitetura histórica, na Praia de Iracema. Tombado, já há alguns anos, pelo conselho local de patrimônio cultural, o COMPHIC, até hoje a medida não encontrou respaldo em decreto do prefeito. A negociação entre poder público, representantes da sociedade civil e proprietários levou à apresentação de um projeto de ?recuperação?, cuja realização se justificaria economicamente apenas com a implantação de uma nova torre envidraçada por sobre o edifício São Pedro, e cuja possibilidade construtiva apenas se efetivaria com a sua destruição material (quase) total, substituído por um simulacro. Em uma cidade onde a manutenção dos ícones memoriais urbanos (sociotransmissores) encontra pouca representação entre movimentos sociais, reféns de necessidades emergenciais de moradia, pela titulação da posse e enfrentamento do trator imobiliário, é importante notar como o discurso da preservação do São Pedro se converte em oportunidade imobiliário para seus incorporadores. Serão dadas quase três vezes o direito de construir permitido em lei, forma simbólica de compensação àquele proprietário ?amaldiçoado? pelo tombamento, atropelando todo o marco jurídico-urbanístico que rege a preservação do edifício e seu entorno, seja o Decreto Federal 25/1937 ou o Plano Diretor da cidade. A não inclusão do edifício no zoneamento especial de patrimônio histórico reflete a estratégia (Certeau) concertada em torno da justificativa, de visão totalizante, que inclui um ?novo? São Pedro no ?novo? espaço planejado da frente marítima, junto com uma roda gigante, um aquário público e uma operação consorciada imobiliária entre a Praia Formosa e a Praia de Iracema, sem ainda oferecer destino



à comunidade do Poço da Draga, ocupação residencial remanescente entre a praia e a cidade formal.

[Trabalho completo](#)

Turismo e esporte na peregrinação do Caminho de Santiago de Compostela.

Autoria: Rômulo Bulgarelli Labronici

O presente work busca discutir a partir de uma experiência etnográfica realizada durante a travessia do ?Caminho de Compostela?, situado na região da Galícia/ Espanha, o seu processo de caminhar como uma atividade que engloba uma tríplice perspectiva de sentidos: turísticos, religiosos e esportivos que se reconfiguram continuamente. Um caminho que se estrutura a partir de uma ?malha? circuncêntrica que cobre grande parte da península Ibérica. Apesar disso, a chegada na basílica de Santiago não pode ser entendida como o objetivo último do caminhante, já que o processo de andar o caminho é que vai permitir que ele ultrapasse tais fronteiras liminares (TURNER, 2005, 2008). Ao peregrino, a fronteira da busca pela aproximação do sagrado, para o esportista a fronteira da superação individual do corpo e mente, e para o turista a fronteira da experiência habitual e do desconhecido. A viagem pode ser entendida como uma forma de ritual, na qual o viajante sai de sua rotina e tem uma experiência ?extraordinária?, liminar e, após esse período, retorna ao seu mundo cotidiano de certa forma transformado. Se por um lado, a noção de ?Turista? absorve no campo uma conotação negativa, relacionada a esfera do consumo, sendo sua figura apresentada como ?superficial? ou ?inautêntica?. Por outro, a noção de ?peregrino? é exacerbada devido não só ao caráter de ruptura do cotidiano, mas, principalmente, devido à maneira ?crítica? de se colocar, que é característica, na qual o despojamento material é condição para vivenciar a experiência. Por fim, trago na inspiração no conceito de ?peregrinação?, tal qual abordado por Tim Ingold (2015) como um processo de crescimento dentro de um campo de relacionamentos, no qual o Caminho de Santiago mimetiza o movimento da vida que cada indivíduo realiza com seus próprios pés.

?ENTÃO BRILHA!? BLOCO DO CARNAVAL DE RUA DE BELO HORIZONTE: aproximações entre a cidade e o design

Autoria: Wânia Maria de Araújo, Henrique de Oliveira Neder

Este work buscará investigar as aproximações entre a cidade e o design a partir do estudo do bloco de carnaval de rua ?Então Brilha? que desfila na região denominada de Baixo Centro em Belo Horizonte. A cidade é pensada aqui como um texto a ser lido como forma de compreensão das interações sociais que nela têm lugar e dos sujeitos que delas fazem parte. Observar a cidade durante o carnaval torna possível que fiquemos diante de novas cenas sociais, de reconfigurações espaciais, de uma diversidade ainda maior de atores sociais presentes nos espaços da cidade. Os blocos de carnaval independentes de Belo Horizonte surgiram a partir de 2009 e um destes blocos é o ?Então Brilha!? que inicia o percurso do desfile na Rua dos Guaicurus, ?também conhecida como a zona do baixo meretrício? (AMÉLIO, 2015, p. 238). As cores contratantes do bloco: o dourado e o rosa, remetem ao clima alegre e criam a impressão de que todos, de alguma forma, podem brilhar. Propõe questionamentos acerca das minorias e traz à tona também a diversidade ao reunir as diferenças de maneira sobreposta num mesmo lugar: a rua. O design nesta pesquisa será compreendido como uma intervenção cultural no espaço. Isso implica pensar o design como mais um elemento que propicia mudanças no espaço e que essas mudanças podem ser lidas, compreendidas como a construção da cultura que tem a cidade como cenário e como ator. Partindo desse pressuposto já torna possível articular a cidade e seu espaço urbano com o design e, por fim, ainda conectar essa relação com o conceito de cultura. Cultura aqui compreendida como uma teia de significados, tal como enunciado pela antropologia interpretativa de Geertz (1989). Com efeito, a proposta da investigação é verificar em que



medida e de que forma o design está presente na cena urbana contemporânea do Baixo Centro de Belo Horizonte durante o carnaval, em especial no bloco ?Então Brilha!?. Como este bloco de carnaval, considerado também uma intervenção cultural que faz seu desfile no Baixo Centro, tem se constituído, buscado se expressar e como tem impresso marcas na urbanidade de Belo Horizonte. Para tanto, pretende-se caminhar e observar o Baixo Centro (antes e durante o carnaval) para remontar o percurso do bloco realizando anotações e registros imagéticos em relação ao design urbano, às características do percurso, aos atores sociais, às atividades presentes antes e durante o carnaval. Com isso pretende-se verificar como o Baixo Centro de Belo Horizonte se remodela em virtude da passagem do Bloco ?Então Brilha? a partir das diferentes atividades, interações e atores sociais, adereços, alegorias presentes dentro do bloco, nas ruas e espaços por onde desfila contribuindo para a modificação da relação dos sujeitos urbanos com os espaços da cidade.

[Trabalho completo](#)

?Visit Margate?: turismo, memória e nacionalismo no litoral inglês

Autoria: Ana Carolina Barreto Balthazar

A partir de mais de dois anos de pesquisa etnográfica, o presente work discute o uso da memória e de narrativas sobre o passado para a transformação da cidade de Margate no litoral inglês em um conhecido destino turístico internacional. Em meados do século XX, as classes trabalhadoras de Londres costumavam ir para Margate passar as férias. Com as mudanças econômicas e, conseqüentemente, socio-geográficas sofridas pelo país no final do século passado, Margate passou a enfrentar uma forte crise. Buscando ?regenerar? a cidade, o governo local e alguns habitantes atualmente investem em um plano estratégico para reposicionar a região enquanto importante destino turístico internacional. O presente artigo discute como tais estratégias envolvem ?regimes de historicidade? (Hartog 2003) bastante específicos que desafiam a sensação de ?pertencimento? (Cohen 1981; Degnen 2012; Edwards 1998; Lovell 1998; Strathern 1981) de alguns moradores aposentados da região. Para atrair turistas estrangeiros, uma galeria de arte contemporânea foi inaugurada em 2011 e nomeada Turner Contemporary, em homenagem ao famoso pintor inglês. Além disso, associações locais investiram na reforma e reabertura do histórico parque de diversões da cidade, a Dreamland. Ainda que ambas as iniciativas se conectem com elementos importantes do passado britânico e da memória dos habitantes locais, enquanto produto para consumo de turistas internacionais esse passado se torna desconectado da rotina dos moradores de Margate. Em outras palavras, celebrar o passado se torna um elemento de um longo calendário de eventos turísticos ao invés de compor os ritos cotidianamente experimentados e reforçados pelos habitantes. Diante de tal conjuntura, esses moradores estranham o investimento em instituições ?feitas para outras pessoas? ? os estrangeiros ? e atuam politicamente para defender as suas próprias apropriações e narrativas sobre o passado ? por exemplo, através do voto pelo ?Brexit? (a saída do Reino Unido da União Européia). Em Margate o passado não é apenas um imaginário vendido a turistas estrangeiros, mas compõe as narrativas nacionalistas que permeiam as casas, lugares e ?materialidades? (Gonçalves 2013; Ingold 2000; Keane 2007; Miller 1987).

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**